

LEI N. 10.497, DE 20 DE ABRIL DE 2022.

Cria a gratificação por desempenho de Atividade Delegada, a ser paga aos Policiais Militares do Estado de São Paulo, nos termos que especifica, por meio de Convênio celebrado com o Município de São José dos Campos, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 93 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a gratificação por desempenho de Atividade Delegada a ser paga mensalmente aos integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, inclusive do Corpo de Bombeiros, que exerçam a atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo, por meio de convênio celebrado com o Município de São José dos Campos.

Parágrafo único. O instrumento que formaliza o convênio, desde já autorizado por esta Lei, conterá expressamente os deveres e obrigações das partes, conforme Minuta de Convênio inclusa, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º Respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras verificadas e levadas em consideração por ocasião da assinatura de cada instrumento, o valor da gratificação por desempenho da Atividade Delegada será estabelecido de acordo com a natureza e a complexidade das atividades objeto do convênio, tendo como base a Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, sendo fixado pelo Prefeito, mediante Decreto.

§ 1º O valor mensal da gratificação corresponderá a quantidade de horas despendidas pelo servidor no exercício exclusivo da Atividade Delegada.

§ 2º O pagamento da gratificação é incompatível com a percepção de outras vantagens de mesma natureza.

Art. 3º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Segurança Pública, para a delegação ao Estado de São Paulo das atividades municipais que necessitem da intervenção da Polícia Militar para a sua execução.

Art. 4º O Convênio deverá ser instruído com o respectivo Plano de Trabalho, o qual deverá especificar:

I - as justificativas para a celebração do convênio;

Prefeitura de São José dos Campos
- Estado de São Paulo -

II - a descrição do objeto a ser executado, com a estimativa do número de Policiais Militares e as respectivas funções a serem desempenhadas;

III - os valores fixados a título de gratificação por hora desempenhada no exercício exclusivo da Atividade Delegada, observadas as condições e parâmetros previstos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho deverá ser compatível com as políticas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Proteção ao Cidadão, conforme Minuta de Plano de Trabalho inclusa, que é parte integrante desta Lei.

Art. 5º O Termo de Convênio conterá, expressa e obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo:

I - o objeto e seus elementos característicos, com a descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do que se pretender realizar ou obter em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o convênio independentemente de transcrição;

II - as obrigações de cada um dos partícipes;

III - a vigência, a ser fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto;

IV - a prerrogativa do Município, exercida pela Secretaria de Proteção ao Cidadão, de conservar a autoridade normativa e exercer o controle e a fiscalização sobre a execução, respeitadas as normas operacionais da Polícia Militar;

V - a faculdade dos partícipes de denunciar ou rescindir o convênio, a qualquer tempo, mediante comunicação com antecedência mínima de sessenta dias, imputando-lhes as responsabilidades pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;

VI - a indicação do foro do Município de São Paulo para dirimir dúvidas decorrentes da execução do convênio;

VII - a previsão de que cada partícipe responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal;

VIII - a continuidade das atividades conveniadas por parte da Polícia Militar, cuja suspensão somente poderá ocorrer em situações excepcionais de grave perturbação da ordem pública;

IX - a obrigatoriedade de a Polícia Militar imprimir transparência quanto ao efetivo total de seu quadro no Município de São José dos Campos, especificando o quantitativo alocado na atividade normal e na Atividade Delegada.

Prefeitura de São José dos Campos
- Estado de São Paulo -

Parágrafo único. Caberá à Gestão de Contratos da Secretaria de Proteção ao Cidadão e à Secretaria de Apoio Jurídico do Município, no âmbito das respectivas competências, apreciar o texto do Termo de Convênio.

Art. 6º Para pagamento da gratificação por desempenho da Atividade Delegada, a Polícia Militar encaminhará à respectiva Comissão Paritária de Controle, planilhas com número das horas despendidas por cada Policial Militar no exclusivo exercício da Atividade Delegada, bem como o montante total de acordo com os valores fixados no convênio.

Parágrafo único. Devidamente atestado pela Comissão Paritária de Controle, o Município irá realizar diretamente o pagamento da gratificação na conta corrente indicada por cada Policial Militar empenhado.

Art. 7º Para celebração e acompanhamento da execução do convênio será constituída uma Comissão Paritária de Controle, composta por quatro integrantes, sendo dois membros do Município, pertencentes à Secretaria de Proteção ao Cidadão, e dois membros da Polícia Militar.

§ 1º Os membros da Polícia Militar serão indicados pelo comandante do Comando de Policiamento do Interior Um (CPI-1) de São José dos Campos;

§ 2º A presidência da Comissão Paritária de Controle caberá a um dos membros indicados pelo Município, devendo o seu voto prevalecer em ocorrência de empate por ocasião das deliberações da Comissão.

§ 3º Caberá à Comissão Paritária de Controle:

I - elaborar o Plano de Trabalho que integrará o convênio;

II - acompanhar a execução do convênio;

III - avaliar a quantidade necessária de efetivo para o desempenho da Atividade Delegada e encaminhá-la ao comandante do Comando de Policiamento do Interior Um (CPI-1);

IV - conferir o emprego de pessoal disponibilizado pela Polícia Militar, atestando o número de horas despendidas por cada Policial Militar no exclusivo exercício da atividade municipal delegada, bem como o montante total a ser transferido pelo Município, de acordo com os valores fixados no convênio;

V - propor as adequações que se fizerem necessárias.

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei estão estimadas em R\$ 2.928.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte e oito mil reais), para o exercício de 2022 e correrão por conta das dotações orçamentárias n. 1201.75.10.3.3.90.30.06.181.0010.2.065.01.110000, n. 1202.75.10.3.3.90.39.06.181.0010.2.065.01.110000 e n. 1204.75.10.3.1.90.96.06.181.0010.2.065.01.110000, podendo ser suplementadas em até 20% (vinte por cento) se necessário.

Prefeitura de São José dos Campos
- Estado de São Paulo -

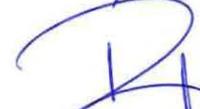
Parágrafo único. As despesas para os exercícios subsequentes serão consignadas nos respectivos orçamentos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

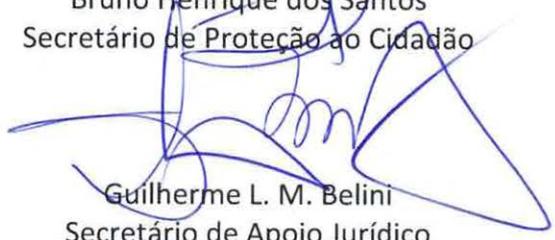
São José dos Campos, 20 de abril de 2022.



Anderson Farias Ferreira
Prefeito



Bruno Henrique dos Santos
Secretário de Proteção ao Cidadão



Guilherme L. M. Belini
Secretário de Apoio Jurídico

Registrada no Departamento de Apoio Legislativo da Secretaria de Apoio Jurídico, aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois.



Everton Almeida Figueira
Departamento de Apoio Legislativo

(Projeto de Lei n. 65/2022, de autoria do Poder Executivo)
Mensagem n. 7/2022



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo e o Município de São José dos Campos, visando à implantação do Programa de Atividade Delegada, com o emprego de policiais militares.

O Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Segurança Pública, neste ato representada pelo Titular da Pasta, o **Gen. EB. JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS**, nos termos do § 2º do artigo 1º do Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, tendo como executora a Polícia Militar, representada neste ato pelo seu Comandante Geral, e o Município de São José dos Campos, neste ato representado pelo Secretário de Proteção ao Cidadão, o Sr. **BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS**, devidamente autorizado a firmar o presente acordo, nos termos da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, em consonância com a Lei Municipal nº 10.311, de 23 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 18.838, de 16 de junho de 2021, doravante denominados, respectivamente, **ESTADO, SSP, PMESP e MUNICÍPIO**, com fundamento no artigo 116 da Lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, e demais normas legais e regulamentares vigentes, por este e na melhor forma de direito, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Do Objeto

O presente Convênio tem por objeto a conjugação de esforços para implementar o Programa de Atividade Delegada no **MUNICÍPIO** com o emprego de militares do Estado, fardados e munidos do equipamento de proteção individual, em escala especial e em locais a serem especificados em Plano de Trabalho, mediante delegação compartilhada das atribuições previstas na Lei municipal nº 8.940, de 28 de maio de 2013 (ruídos urbanos e proteção do bem estar e do sossego público), Lei Municipal nº 8.312, de 29 de dezembro de 2010 (dispõe sobre o funcionamento da feira da barganha), além das demais normas legais e regulamentares que se referem à fiscalização do comércio ambulante irregular ou ilegal e funcionamento

irregular de estabelecimentos comerciais e a fiscalização de perturbação de sossego no município.

§ 1º - a participação do militar estadual dar-se-á nos termos definidos pela **PMESP**, sendo direcionada exclusivamente à atividade objeto deste convênio e ao Plano de Trabalho anexo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, previamente ajustado entre a **PMESP** e o **MUNICÍPIO**.

§ 2º - as atividades realizadas pelo militar do Estado por força da execução do objeto do presente convênio, objetivando a gestão associada de serviços públicos municipais atribuídos mediante delegação municipal, por força da Lei Complementar nº 1.188, de 27-11-2012, caracterizam-se como Regime Especial de Trabalho Policial, o que garante ao policial militar a garantia de todos direitos pelo exercício de função policial militar.

§ 3º - a jornada de cada militar do Estado empregado na atividade delegada, respeitadas as características e exigências do objeto, para efeito de pagamento da Gratificação por Desempenho da Atividade Delegada, obedecerá aos seguintes parâmetros:

I - a jornada com até 8 (oito) horas diárias terá o limite de até 80 (oitenta) horas, dentro do mês considerado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Das Obrigações Comuns e Específicas dos Partícipes

A execução do presente convênio dar-se-á nos termos do Plano de Trabalho anexo, cabendo ao **ESTADO** e ao **MUNICÍPIO** as seguintes obrigações:

I - caberá ao **ESTADO** e ao **MUNICÍPIO**, em cooperação:

a) estabelecer os critérios necessários à consolidação do presente ajuste, mediante Plano de Trabalho, conforme estipulado pelo § 1º da Cláusula Primeira, visando facilitar a implantação das atividades do objeto do convênio referenciado, garantindo a operacionalização no padrão e qualidade adotados tanto pela **PMESP**, quanto pelo **MUNICÍPIO**, o que for mais restritivo;

b) manter permanentemente uma Comissão Paritária de Controle e Fiscalização, composta por integrantes da **PMESP** e do **MUNICÍPIO**, com responsabilidade pelo acompanhamento da execução do convênio nos níveis acordados e, primordialmente, pela solução de problemas não previstos;

c) estabelecer as diretrizes administrativas, técnicas e operacionais e promover assessoria mútua nos assuntos que houver necessidade, inclusive quanto ao treinamento do pessoal empregado nas atividades previstas no objeto do convênio;

d) propor a reformulação do Plano de Trabalho previsto no § 1º da Cláusula Primeira, desde que não implique mudança do objeto deste convênio;

e) atestar a perfeita regularidade da parceria, propondo, se for o caso, as medidas que se mostrarem pertinentes frente a eventuais irregularidades constatadas;

f) cumprir as diretrizes e normas técnicas expedidas para implementação e operacionalização das atividades previstas no objeto do convênio em questão, bem como proceder à uniformização dos procedimentos recíprocos, respeitadas as atribuições e competências constitucionais e legais dos órgãos envolvidos;

II - caberá ao **ESTADO**:

a) fornecer aos militares do Estado empenhados os equipamentos de proteção individual (EPI), armamentos, radiocomunicadores (HT) e outros meios necessários para o desenvolvimento das atividades, conforme o objeto do convênio;

b) autorizar o emprego e a utilização do suporte administrativo e operacional da **PMESP** necessários ao funcionamento deste Convênio;

c) dispor do acesso ao Centro de Operações da Polícia Militar da região para comunicação de emergências e imediatas providências para atendimento de ocorrências de segurança pública, prestação de socorro a vítimas e outras que gerem a necessidade de apoio ao militar do Estado;

d) acompanhar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento das atividades do objeto do convênio em todas suas etapas;

e) selecionar, treinar, capacitar e promover cursos de capacitação específica e atualização aos policiais militares que serão empregados nas atividades que compõem o objeto do convênio, bem como promover a orientação aos servidores e funcionários da Prefeitura;

f) elaborar relatórios e estatísticas contendo os resultados obtidos com a execução do convênio;

g) criar procedimentos para informações à Prefeitura de ocorrências que poderão causar repercussão, bem como promover a interação com seus integrantes visando à conjugação de esforços para o aprimoramento deste convênio;

h) garantir a continuidade da prestação de serviço nos termos do objeto, salvo em situações excepcionais de grave perturbação da ordem pública;

i) implementar sistema de supervisão do serviço, com emprego de Oficiais especialmente destinados, nas áreas com multiplicidade de locais contemplados com a implantação das atividades previstas no objeto do convênio;

j) dar transparência do quantitativo de policiais militares empregados nas atividades delegadas;

k) regradar, no âmbito da **PMESP**, o emprego do militar do Estado no objeto do presente convênio de forma que não prejudique o regime de trabalho policial-militar, especialmente no que concerne ao descanso mínimo entre as escalas de serviço.

III - caberá ao **MUNICÍPIO**:

a) coordenar as ações necessárias para efetivação do convênio, com participação direta e efetiva da **PMESP** nas tratativas que forem desencadeadas para a implementação das atividades previstas em seu objeto, nos locais onde serão implantadas as referidas atividades;

b) fornecer informações necessárias à instalação e operacionalização das atividades do objeto do convênio;

c) permitir o compartilhamento de dados, informações e imagens que porventura sejam necessários à realização das atividades previstas no objeto do convênio;

d) disponibilizar total infraestrutura necessária para orientação a ser ministrada pela **PMESP** aos integrantes funcionais da Prefeitura e eventuais Subprefeituras envolvidas no tocante aos objetivos do Programa objeto deste Convênio;

e) permitir o uso dos imóveis de domínio do **MUNICÍPIO** para uso das instalações destinadas a prestar o suporte operacional aos militares do Estado, sem prejuízo da edição dos respectivos decretos e da formalização dos termos de permissão de uso;

f) apontar os locais que necessitem prioritariamente da presença permanente da fiscalização do militar do Estado, ficando a cargo da **PMESP** avaliar tecnicamente o pedido e a efetivação da presença do militar do Estado no local indicado;

g) remunerar os militares do Estado empregados nas atividades contempladas pelo objeto do presente convênio, inclusive os que forem diretamente responsáveis pela gestão, coordenação e fiscalização do desenvolvimento do Programa, conforme disciplinado pela Comissão Paritária de Controle e Fiscalização;

h) efetuar a remuneração mencionada no item g, mediante o pagamento da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, por intermédio do depósito integral do valor correspondente ao total das horas mensais efetivamente trabalhadas pelo militar do Estado na conta-corrente indicada por ele, à luz da legislação vigente;

i) efetuar, no caso de promover unilateralmente a denúncia do convênio, o pagamento aos militares do Estado pelas horas trabalhadas até a data anterior a publicação da consolidação da denúncia, obedecendo ao ciclo do processamento do pagamento da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada;

j) arcar com os custos e despesas para aquisição e disponibilização de veículos quatro rodas, duas rodas e bicicletas equipados no padrão da PMESP, para utilização pelos policiais militares empenhados no Programa e a respectiva manutenção, fornecimento de combustível e quaisquer dispêndios relacionados à operacionalidade desses recursos materiais.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da gratificação por desempenho de atividade delegada

I - O pagamento da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos descritos na Lei municipal nº (*Número*), e no Decreto municipal nº (*Número*), será, para este convênio, nos seguintes valores:

a – Ao Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente, o valor de 1,5 UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, por hora trabalhada;

b – Ao Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento e 3º Sargento, o valor de 1,25 UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, por hora trabalhada;

c – Ao Cabo e Soldado, o valor de 1,0 UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, por hora trabalhada;

II - Para viabilizar o pagamento da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, a **PMESP**, por intermédio do Batalhão PM territorial responsável pela(s) área(s) contemplada(s) com a implantação das atividades previstas no objeto do convênio no **MUNICÍPIO**, encaminhará à Comissão Paritária de Controle e Fiscalização, planilhas com os dados de cada militar do Estado, no exclusivo exercício da atividade delegada, com o respectivo número de horas despendidas e dados da conta-corrente, bem como o montante mensal total de acordo com os valores fixados no item anterior.

III - Atestada a regularidade das informações pela Comissão Paritária de Controle e Fiscalização, o **MUNICÍPIO** efetuará o depósito do valor correspondente às horas mensais efetivas e exclusivamente trabalhadas pelo militar do Estado na atividade objeto deste convênio, em conta-corrente indicada por ele, à luz da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

Do Controle e da Fiscalização

I - O **MUNICÍPIO** detém a autoridade normativa e exerce o controle e fiscalização sobre a execução do presente convênio, respeitadas as normas operacionais da **PMESP**.

II - Para efeito de acompanhamento da execução do presente ajuste, os partícipes terão os seguintes representantes, em Comissão Paritária de Controle e Fiscalização:

a) do **ESTADO**: Os membros da Polícia Militar serão indicados pelo Comandante do CPI-1 de São José dos Campos, dentre os responsáveis pelas

áreas do Município contempladas com a implantação das atividades previstas no objeto do convênio;

b) do **MUNICÍPIO**: dois servidores do **MUNICÍPIO**, indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - A Presidência da Comissão Paritária de Controle e Fiscalização caberá ao servidor municipal assim designado, que terá voto qualificado nas deliberações colegiadas.

III - À Comissão Paritária de Controle e Fiscalização referida no inciso anterior incumbirá:

a) propor alterações no Plano de Trabalho que integra o presente convênio;

b) acompanhar a execução do convênio;

c) avaliar a quantidade necessária de efetivo para o desempenho da atividade delegada e encaminhá-la ao Comando Geral da Polícia Militar;

d) conferir o emprego de pessoal disponibilizado pela **PMESP**, atestando o número de horas despendidas por cada militar estadual no exclusivo exercício da atividade delegada, bem como o montante total arcado pelo Município, de acordo com os valores previstos na Cláusula Terceira.

e) propor as adequações que se fizerem necessárias;

f) definir a quantidade de horas de emprego dos militares do Estado, em horário de folga, responsáveis pela gestão, coordenação e fiscalização do objeto do convênio para fins de pagamento da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, de forma a não ser igual ao máximo mensal definido no Plano de Trabalho e menor que sua décima parte.

CLÁUSULA QUINTA **Da Prestação de Contas**

Os partícipes prestarão contas, na forma da lei, aos seus órgãos internos de controle e ao Tribunal de Contas do **ESTADO**.

CLÁUSULA SEXTA **Da Apuração de Responsabilidade Civil por Danos Materiais**

I - Os partícipes deverão apurar, na forma de sua legislação própria, eventuais danos causados aos bens do outro partícipe colocados à sua disposição, cientificando-o da decisão.

II - Cada partícipe responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA **Da Vigência, da Rescisão e da Denúncia**

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

§ 1º - Este Convênio será rescindido por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas.

§ 2º - Este Convênio poderá ser denunciado por desistência unilateral ou consensual, mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, imputando aos convenientes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA OITAVA
Da Revisão e do Aditamento

Havendo legislação superveniente ou interesse dos partícipes, mediante solicitação escrita, este Convênio poderá ser revisto ou aditado.

CLÁUSULA NONA
Das Disposições Comuns

As dúvidas que eventualmente surgirem na execução do Convênio, assim como as divergências e casos omissos, serão dirimidas pela Comissão Paritária de Controle e Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA
Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir as questões decorrentes da execução deste Convênio, que não forem resolvidas na forma prevista na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
Dos Recursos Financeiros

O custo mensal estimado, considerando o número de até 1.200 (mil e duzentos) militares do Estado envolvidos nas atividades objeto do convênio, bem como os valores da gratificação por Atividade Delegada, será de 10.440 (dez mil quatrocentos e quarenta) UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), cujos recursos financeiros onerarão as dotações orçamentárias do Município de São José dos Campos, abaixo relacionadas, podendo ser suplementadas, se necessário:

- a) dotação nº 75.10.3.1.90.96.06.181.0010.2.065.01.110000;
- b) dotação nº 75.10.3.3.90.39.06.181.0010.2.065.01.110000; e
- c) dotação nº 75.10.3.3.90.30.06.181.0010.2.065.01.110000.

Parágrafo único – O presente convênio terá seu valor reajustado anualmente, de acordo com a atualização do valor da UFESP, com base no Índice de Preços ao Consumidor, registrado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-FIPE).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
Do Valor

O custo total estimado do presente convênio, considerando o período de vigência, será de 626.400 (seiscentos e vinte mil e quatrocentas) UFESP.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, em 03 (três) vias, digitadas apenas no anverso, assinadas pelos partícipes, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que surtam todos os efeitos legais.

São Paulo, ____ de _____ de 2022.

JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS

Gen. EB. Secretário da Segurança Pública

BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS

Secretário de Proteção ao Cidadão
de São José dos Campos

FERNANDO ALENCAR MEDEIROS

Cel PM Comandante Geral da PMESP

Testemunhas:

1.

2.

R.G. nº: _____

CPF nº: _____

R.G. nº: _____

CPF nº: _____



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PLANO DE TRABALHO

1. DAS RAZÕES QUE JUSTIFICAM A CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO

I - o convênio proposto se justifica em razão da necessidade de conjugar esforços visando implementar o programa de combate ao comércio ambulante irregular ou ilegal, o funcionamento irregular de estabelecimentos comerciais e a fiscalização de perturbação de sossego no município com o emprego de militares do Estado, fardados e munidos do equipamento de proteção individual, em escala especial e em locais a serem especificados em Plano de Trabalho, mediante delegação compartilhada das atribuições previstas na Lei municipal nº 8.940, de 28 de maio de 2013 (ruídos urbanos e proteção do bem estar e do sossego público), Lei municipal nº 8.312, de 29 de dezembro de 2010 (dispõe sobre o funcionamento da feira da barganha), além das demais normas legais e regulamentares que se referem à fiscalização do comércio ambulante irregular ou ilegal e funcionamento irregular de estabelecimentos comerciais e a fiscalização de perturbação de sossego no município;

II - a intervenção do militar do Estado se faz necessária, não só em razão do maior poder de fiscalização conferido pela possibilidade da revista pessoal, prerrogativa esta não conferida aos agentes municipais, mas principalmente pelo aspecto preventivo, dado o inegável respeito e sensação de segurança imposto pela Instituição Policial Militar onde quer que se apresente.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

I - Premissas:

a) estabelecimento de um cronograma físico-administrativo e financeiro para as atividades a serem executadas dentro das condições estabelecidas no convênio;

b) implantação das atividades previstas no objeto do convênio em curto prazo, até 30 (trinta) dias após a sua celebração, compreendendo a adequação das medidas técnicas e administrativas necessárias para consecução do objeto proposto.



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

II - Detalhamento:

a) as atividades desenvolvidas pelos militares do Estado, em horário de folga, são aquelas previstas na Lei municipal nº 8.940, de 28 de maio de 2013 (ruídos urbanos, proteção do bem-estar e do sossego públicos), Lei municipal nº 8.312, de 29 de dezembro de 2010 (dispõe sobre o funcionamento da feira da barganha), além das demais normas legais e regulamentares referentes à fiscalização do comércio ambulante irregular ou ilegal e funcionamento irregular de estabelecimentos comerciais e a fiscalização de perturbação de sossego no município, executada pelos servidores municipais, sendo tais atividades devidamente detalhadas no plano de ação a ser elaborado pelo Comando de Policiamento do Interior Um (CPI-1) da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP);

b) a PMESP regulará a atuação do militar do Estado nas atividades delegadas, em reforço ou apoio às escalas ordinárias ou extraordinárias de suas Organizações Policiais Militares, mediante remuneração do MUNICÍPIO, agindo sob comando e amparado pela legislação acidentária e previdenciária vigente para o militar estadual, devendo distribuir o efetivo afeto a este convênio de forma a garantir a continuidade do serviço público delegado;

c) a estimativa do número de militares do Estado empenhados diariamente nas atividades previstas no objeto do convênio é de até 40 (quarenta) por dia, podendo tal efetivo ser ampliado em razão da expansão das atividades ou ser reduzido diante de eventual recuo da atividade objeto do convênio, conforme disponibilidade orçamentária da Prefeitura de São José dos Campos e critérios de oportunidade e conveniência do Chefe do Executivo Municipal;

d) o militar do Estado no serviço ativo fará jus à gratificação ao ser escalado e atuar na atividade objeto deste convênio, segundo os critérios definidos pela respectiva Lei Municipal vigente, mediante controle da Administração Policial Militar, nos termos da Diretriz PM3-002/02/14 e Ordem Complementar nº PM3-001/02/20;

e) a atuação do militar do Estado, em princípio, facultativa, poderá ser extensiva a todos os militares do Estado no serviço ativo, inclusive os que desempenham serviços



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

administrativos;

f) não será considerada como emprego decorrente do convênio a continuidade do turno de serviço, em decorrência da rotina operacional;

g) a jornada de cada militar do Estado empregado na atividade está sujeita ao limite de até 8 (oito) horas diárias, não sendo ultrapassado o teto de 80 (oitenta) horas mensais individuais, para efeito de pagamento da gratificação por desempenho da Atividade Delegada, dentro do mês considerado;

h) em situações de grave perturbação da ordem pública local ou geral, o emprego do militar do Estado poderá ser suspenso até o retorno da normalidade;

i) as escalas de serviço deverão ser elaboradas por Oficial na função de Comandante de Companhia ou Superior, o qual deverá controlar a quantidade de horas trabalhadas para cada militar do Estado, elaborando, ao final de cada mês, relatório com a identificação dos militares do Estado e suas respectivas cargas horárias para conhecimento e controle dos escalões superiores, bem como o envio à Comissão Paritária de Controle e Fiscalização;

j) o processamento do pagamento da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada realizada pelo militar do Estado será efetuado pelo MUNICÍPIO até o décimo quinto dia do mês posterior à escala cumprida, por intermédio de depósito em conta corrente indicada pelo respectivo militar do Estado, bem como as medidas de auditoria e controle;

k) elaborada e publicada a escala de serviço, esta passará a ser obrigatória para o militar do Estado, sujeitando-o às sanções administrativas, disciplinares, penais ou penais militares que sua escusa implicar.

III – a implantação de veículos e equipamentos cedidos pelo município amplia a atuação de forma sistêmica, gradual e mais abrangente, principalmente eliminando a incidência de comércio ambulante irregular ou ilegal, o funcionamento irregular de estabelecimentos comerciais e a perturbação de sossego nos bairros e regiões periféricas



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

do município, cabendo ao MUNICÍPIO:

a) arcar com os custos e despesas para à aquisição e disponibilização de viaturas quatro rodas, duas rodas e bicicletas equipadas no padrão da PMESP, para utilização dos militares empenhados no programa e a respectiva manutenção, fornecimento de combustível e quaisquer dispêndios relacionados à operacionalidade desses meios. Quando as viaturas disponibilizadas estiverem no status “reserva” poderão ser utilizadas por policiais militares constantes da escala de serviço ordinário da Cias PM Territoriais do município de São José dos Campos, nas atividades de policiamento ostensivo ordinário ou de programas de prevenção primária.

3. METAS A SEREM ATINGIDAS

I - implementação do programa de combate ao comércio ambulante irregular ou ilegal e funcionamento irregular de estabelecimentos comerciais e a fiscalização de perturbação de sossego no município com o emprego de militares do Estado, fardados e munidos do equipamento de proteção individual;

II - aumento da sensação de segurança da comunidade beneficiada pelas atividades previstas no objeto do convênio por meio da presença ostensiva da PMESP, conforme a doutrina de polícia comunitária e dos programas de policiamento.

4. EXECUÇÃO

I - Descrição geral

a) a implantação da atividade delegada prevista neste convênio dar-se-á conforme necessidade e viabilidade dessa atividade, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do presente convênio;

b) as atividades previstas no objeto do convênio serão implementadas em áreas a



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

serem definidas, a fim de avaliar o impacto e adequação de rotinas administrativas e operacionais;

c) a implantação das atividades previstas no objeto do Convênio dar-se-á paulatinamente, após avaliação do impacto das rotinas operacionais e administrativas detectadas na área piloto, sendo estendidas às demais regiões eventualmente identificadas pelo MUNICÍPIO como carecedoras dessa atividade;

d) a delimitação territorial das áreas piloto será objeto de plano de ação específico para cada uma delas;

e) o planejamento das ações específicas deverá considerar a necessária integração entre o Comando do Policiamento do Interior Um e o Município de São José dos Campos, de forma a garantir a integridade das ações no município em tela.

II - Controle e pagamento dos recursos humanos empregados:

Os partícipes adotarão, mensalmente, os seguintes procedimentos para a execução do objeto do convênio e o conseqüente pagamento da gratificação por desempenho da Atividade Delegada.

Período	Responsável	Tarefa
1º ao 10º dia do mês que antecede ao mês de referência*	Seção Operacional (CPI-1 ou Btl)	Disponibiliza os locais e horários de Atividade Delegada às OPMs situadas no Município
11º ao 20º dia do mês que antecede ao mês de referência*	Militar do Estado (interessado)	O militar do Estado realiza as opções e indica a conta corrente para recebimento do pagamento
Até o último dia útil do mês que antecede ao mês de referência*	Seção Operacional (CPI-1 ou Btl)	Divulgação da escala de Atividade Delegada
1º ao 3º dia útil do mês subsequente ao mês de referência*		Encaminha à Comissão Paritária de Controle e Fiscalização o relatório com a identificação dos militares do Estado, suas respectivas escalas, cargas horárias e dados de conta bancária para fins de depósito da gratificação
Até o último o 10º dia útil do mês subsequente ao mês de referência*	Comissão Paritária de	Avalia, aprova e encaminha as escalas e cargas horárias de trabalho dos militares do Estado ao Município



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Período	Responsável	Tarefa
	Controle e Fiscalização	
Até o décimo quinto dia do mês subsequente ao mês de referência*	Município	Efetua o depósito referente ao pagamento da gratificação em conta corrente na instituição bancária indicada pelo militar do Estado que fizer jus à gratificação

* Mês de referência: mês de efetiva execução da prestação da Atividade Delegada.

5. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - o convênio não prevê o repasse de verba do MUNICÍPIO para o ESTADO;

II - o pagamento da Gratificação por Atividade Delegada será efetuado pelo MUNICÍPIO em conta corrente indicada pelo militar do Estado que participar das ações decorrentes da atividade delegada, conforme planilha aprovada pela Comissão Paritária de Controle e Fiscalização;

III - o cálculo do custo diário e mensal estimado do efetivo empregado nas atividades previstas no objeto do convênio será com base nas variáveis consideradas e discriminadas na tabela a seguir:

Oficiais / Praças	Valor da gratificação por hora trabalhada	Quantidade de horas trabalhadas	Quantidade de policiais militares empenhados por dia	Valor total por dia	Quantidade de dias trabalhados por mês	Valor total por mês (UFESP)
Cel, Ten Cel, Maj, Cap, 1ºTen e 2ºTen	1,5 UFESP (A)	Até 08 horas (D)	Até 40 PM por dia	(E)	(K)	$(A \times D \times E) = (H)$
Subten e Sgt	1,25 UFESP (B)			(F)		$(B \times D \times F) = (I)$
Cb e Sd	1,0 UFESP (C)			(G)		$(C \times D \times G) = (J)$
Total do custo mensal estimado						$(L) + (M) + (N)$



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

IV - o custo mensal estimado do presente convênio, considerando o número de até 1.200 (mil e duzentos) militares do Estado empenhados nas atividades de seu objeto, bem como o valor da gratificação por desempenho de Atividade Delegada, será de 10.440 (dez mil quatrocentos e quarenta) UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo).

V – O custo total estimado do presente convênio, considerando o período de vigência, será de 626.400 (seiscentos e vinte e seis mil e quatrocentas) UFESP.

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O Município de São José dos Campos, por meio de dotação orçamentária própria, disponibilizará mensalmente o valor estimado de 10.440 (dez mil quatrocentos e quarenta) UFESP, para efetuar o pagamento da gratificação por Atividade Delegada devida a cada policial militar do Estado empregado na execução do objeto deste Convênio, na conta corrente previamente indicada pelo interessado, observado o disposto na Lei municipal nº ____, de __ de _____ de 2022.

7. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A adoção das providências de implantação e operacionalização será exequível a partir da assinatura do presente Convênio e sua finalização na vigência deste convênio.

São José dos Campos, ___ de _____ de 2.022.



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cel PM Rodrigo Eval Arena
Comandante do CPI-1



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Bruno Henrique dos Santos
Secretário de Proteção ao Cidadão
de São José dos Campos